

**HABEAS CORPUS Nº 566.304 - SC (2020/0064997-0)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : ELCIO HARUKI UCHIDA**  
**ADVOGADO : ELCIO HARUKI UCHIDA - SC033997**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PACIENTE : MAICON DIONZE FAGUNDES VARELA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

**DECISÃO**

**MAICON DIONZE FAGUNDES VARELA** alega sofrer coação ilegal em seu direito de locomoção, em decorrência de acórdão proferido pelo Tribunal *a quo* (Apelação n. 0002185-33.2017.8.24.0014).

Busca a defesa, liminarmente e no mérito, o afastamento da reincidência, o reconhecimento da minorante prevista no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006, a fixação de regime menos gravoso e a substituição da pena.

O pedido de liminar foi indeferido e, dispensadas as informações, o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *writ*.

**Decido.**

Constato, de plano, que **o pleito da defesa – afastamento da reincidência; reconhecimento da minorante prevista no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006; fixação de regime menos gravoso e a substituição da pena. –, não foi analisado pelo Tribunal de origem**, o que impede a apreciação dessas questões diretamente por esta Corte Superior de Justiça, sob pena de, assim o fazendo, incidir na indevida **supressão de instância**.

Com efeito, a Corte local limitou-se a examinar a possibilidade de aplicação do princípio da insignificância ao caso, bem como a tese de desclassificação da conduta para o crime do art. 28 da Lei de Drogas. No entanto, não se manifestou quanto a dosimetria da reprimenda.

Aliás, registro que, no que tange à dosimetria da pena, a defesa, não se insurgiu, em nenhum momento, nas razões de apelação, quanto ao afastamento da reincidência, a aplicação do redutor, a fixação de

regime menos gravoso e a substituição da pena, conforme se verifica do relatório do acórdão da apelação (fls. 66-67).

Saliento que tais matérias deveriam ter sido suscitadas no momento oportuno e perante o Juízo competente, até para possibilitar à instância recursal um pronunciamento seguro sobre a questão, sendo, por isso mesmo, vedada a inauguração, em habeas corpus, de tese defensiva não aventada e não debatida na via ordinária.

No mesmo sentido o parecer ministerial (fls. 81-82, grifei):

[...]

11. Ademais, resta obstada a apreciação por este Tribunal Superior dos pedidos e das alegações do presente *writ* – afastamento da reincidência, aplicação da causa especial de diminuição de pena prevista no art. 33, §4º da Leiº 11.343/2006, abrandamento do regime prisional, fixação da pena no mínimo legal e substituição da pena privativa de liberdade por sanções restritivas de direitos -, porquanto, pelo exame do acórdão de fls. 64/79, é possível constatar que **tais matérias não foram submetidas à apreciação do Tribunal de origem**, razão pela qual a presente impetração não deve ser conhecida, sob pena de se proceder à indevida supressão de instância.

À vista do exposto, **não conheço do habeas corpus.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**